

AUTISMO E EDUCAÇÃO: O PROCESSO INCLUSIVO DO ALUNO AUTISTA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Francis Cristina Paes Preza Ecco¹
Luiza Helena Nadaleti Dutra²

RESUMO: Não se pode negar que existem algumas mudanças em curso na sociedade que afetam diretamente o ambiente escolar. No mesmo contexto, é crescente a demanda por alunos que necessitam de apoio individual, e por isso a escola deve mudar as relações de cuidado desse grupo. Dessa forma, a inclusão melhora esse processo. Para tanto, a pesquisa limitou-se aos alunos com transtorno do espectro do autismo, sendo necessário compreender teoricamente como ocorre sua participação no ensino regular. Ressalta-se que os alunos autistas necessitam de mecanismos eficazes de participação no ambiente escolar para melhorar suas habilidades. Portanto, o professor necessita de formação contínua para garantir condições mínimas de igualdade para esses alunos em termos de aprendizagem. Assim, a inclusão dos alunos autistas nas classes primárias do ensino fundamental é necessária e deve ser implementada no ensino regular para que a educação com as diferenças ofereça comunicação e respeito à diversidade.

2186

Palavras-chave: Autismo. Inclusão. Professor. Escola.

ABSTRACT: It cannot be denied that there are some changes underway in society that directly affect the school environment. In the same context, there is a growing demand for students who need individual support, and therefore the school must change the care relationships for this group. In this way, inclusion improves this process. To this end, the research was limited to students with autism spectrum disorder, making it necessary to theoretically understand how their participation in regular education occurs. It is noteworthy that autistic students need effective mechanisms for participation in the school environment to improve their skills. Therefore, the teacher needs continuous training to guarantee minimum equality conditions for these students in terms of learning. Therefore, the inclusion of autistic students in primary school classes is necessary and must be implemented in regular education so that education with differences offers communication and respect for diversity.

Keywords: Autism. Inclusion. Teacher. School.

¹Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Especialista em Psicopedagogia pela Universidade de Cuiabá – UNIC, Especialista em Docência na Educação Especial pelo Instituto Varzeagrandense de Educação e Faculdade Integrada - IVE.

²Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Outro Preto – UFOP, Especialista em Letramento e Alfabetização pela Faculdade de Educação São Luís.

I. INTRODUÇÃO

Nota-se que historicamente a trajetória do indivíduo com algum tipo de deficiência foi marcada por profundos traços de exclusão social. Nesse prisma, não ocorria assistência a esse público, impossibilitando sua inserção no ambiente escolar e demais esferas da sociedade. Todavia, com a declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), o Brasil vê-se na necessidade de adequar suas políticas em relação às pessoas com TEA- Transtorno do Espectro Autista, passando a incluí-las nas instituições de ensino regular com as devidas adaptações para seu desenvolvimento. Além disso, vale abordar que com o passar dos anos, o número de autistas, no país, vem crescendo e essa situação impacta diretamente no cotidiano escolar. Nesse prisma, ainda sem fundamentações científicas suficientes para o apontamento de sua causa ou um fator desencadeante, nota-se que a proporção de incidência é de 1 para 51, ou seja, 1% da população mundial tem autismo. Logo, trazendo o tema para a escola, receptora desses indivíduos, os professores necessitam munir suas ações pedagógicas em relação ao TEA, uma vez que embalsados teoricamente terão uma prática docente inclusiva que esteja em consonância as demandas dos discentes autistas. (MOTA; BRITES, 2019).

Outro ponto a ser considerado é que o mundo está em constante transformação e eclode desafios que urgem por soluções. Nesse contexto, entender questões que permeiam o autismo é relevante, visto que a referida pesquisa atua como instrumento teórico que dispõe de estratégias para mitigar alguns impasses existentes. Dessa forma, o trabalho justifica-se, pois aborda questões sobre o autismo e dá subsídios necessários para aderir uma prática docente inclusiva no âmbito educacional, servindo assim, de base para futuras pesquisas. Assim, contém informações para os indivíduos interessados na área da educação inclusiva. Dessa maneira, como base das reflexões, surge o problema de pesquisa: Como é possível incluir o aluno autista nos anos iniciais do ensino fundamental, de modo a considerar e respeitar suas especificidades no processo de ensino e aprendizagem?

Ao abordar sobre o discente dentro do espectro autista, o objetivo geral foi compreender teoricamente como se dá seu processo de inclusão nos anos iniciais do ensino fundamental. Para isso, o primeiro capítulo buscou contextualizar características do TEA, com conceitos e bases teóricas. No segundo capítulo, visou-se apresentar a trajetória histórica do aluno autista até seu processo de inclusão. E, por fim, o último capítulo trouxe reflexões teóricas frente aos desafios que o professor

encontra, no âmbito escolar, para incluir o discente com TEA. Nesse contexto, vale enfatizar que apesar de diversos mecanismos existentes para compreender o processo inclusivo do aluno autista, a falta de informação por parte dos docentes permanece alta.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 A inclusão do aluno autista

Quando o aluno autista entra na escola, um sentimento de insegurança surge nos professores, seja pelo despreparo ou medo de lidar com essa demanda diferente do habitual. Assim, o primeiro passo é refletir que esse discente precisa ser incluído e não integrado ao sistema escolar.

A integração escolar pode ser entendida como justaposição do ensino especial ou regular, ocasionando um inchaço dessa modalidade, pelo deslocamento de profissionais, recursos, métodos e técnicas da educação especial às escolas comuns. Quanto à inclusão, questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da educação comum como também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos devem frequentar as salas de aula do ensino regular (MANTOAN, 2015, p. 27, 28).

2188

O que ocorre em muitos casos é a integração, ao passo que não acontece nenhuma adaptação para seu desenvolvimento, o currículo não é pensado em suas especificidades e nem mesmo é feito um PDI - Plano de Desenvolvimento Individual. Em síntese, ele está na instituição somente para cumprimento da lei. Mas para que a participação escolar seja eficaz, a escola deve adaptar-se ao aluno, e não o contrário. Para isso, é necessário que o professor siga uma formação contínua, um aprendizado, para que suas práticas pedagógicas e os métodos que utiliza cheguem a todos os alunos da sala, principalmente os autistas. Contudo, reconhece-se que muitos professores têm dificuldade em se comunicar com esse público.

Os professores costumam referir que a formação universitária e as práticas tradicionais de ensino não dão conta do aluno que se encontra em sua sala de aula. Isto faz com que se sintam, muitas vezes, sobrecarregados e impotentes mediante as problemáticas que se colocam no cotidiano (LAGO, 2007, p.54).

O primeiro passo a dar é a formação de professores, porque educadores formados têm mais apoio para lidar com a heterogeneidade da sala de aula. Para conseguir isso, os professores precisam, além do apoio da gestão, de uma motivação interna para buscar esse conhecimento.

Os alunos autistas têm dificuldades com abstrações, para isso, os professores devem utilizar materiais mais concretos e visuais, além de ter um currículo adaptado às necessidades educacionais do aluno. As aulas precisam ter dinâmicas para promover a interação desses alunos com os pares, visto que o relacionamento interpessoal é a base para inclusão no campo social.

O processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos (SASSAKI, 1999 apud FRÓES, 2007. p. 71).

Então, a instituição escolar e os profissionais envolvidos, têm a responsabilidade de adequar e dar condições igualitárias aos alunos com deficiência, para criar um ambiente diversificado e futuramente eles tenham base necessária para a inclusão para além dos muros da escola.

As ações que apresentam sucessos em sistemas inclusivos mostram que é imprescindível alterações em suas práticas passando desde diminuição do número de alunos por classe, aprendizado cooperativo 33, elaboração de projeto pedagógico, plano individual de ensino, melhoria da formação profissional, valorização do magistério, apoios centrados na classe comum e não via suplementação, com uma pedagogia centrada na criança baseada em suas habilidades e não em suas deficiências, e que incorpore conceitos como interdisciplinaridade, individualização, colaboração e conscientização/ sensibilização (CAPELLINI, 2001, p. 155).

A verdadeira inclusão dos alunos autistas exige que a escola faça mudanças em todos os departamentos, como curriculares, estruturais, físicos e principalmente nos profissionais ligados à clientela, onde devem estar preparados para prestar um serviço de qualidade. Um fator importante é o número de alunos em sala de aula, que deve ser menor para conseguir tudo. Além disso, o método de ensino deve quebrar normas estabelecidas, responder às especificidades dos alunos e trazer multidisciplinaridade às atividades que tenham potencial revelador na vida dos alunos (CUNHA, 2009).

Pensar nessa questão envolve ressignificar o papel do docente. A inclusão não combina com sistema tradicional. Para sua efetivação, deve ser pensada para além da formação inicial e continuada e, sim, dentro da própria escola com diálogos.

O exercício constante e sistemático de compartilhamento de ideias, sentimentos e ações entre professores, diretores e coordenadores da escola é uma das saídas para obter o sucesso almejado na formação emergencial para a inclusão. O fato de essa formação recair sobre experiências concretas, casos reais, situações do dia a dia que desequilibram o trabalho nas salas de aula é

matéria-prima das mudanças pretendidas por esse modo de formação. (MANTOAN, 2015, p.81).

Assim, a proposta é que por intermédio de trocas, esse grupo crie suas próprias estratégias para a inclusão, visto que cada instituição é dotada de identidade e por isso, não cabe enumerar uma “receita” pronta para que ocorra.

Um aspecto a ser abordado é que um dos maiores desafios da escola frente a uma pessoa autista é a construção de sua autonomia. O professor necessita entender, primeiramente, sobre o TEA e criar um vínculo afetivo com seu aluno. Entender que o foco, no início não são a internalização de conceitos acadêmicos e, sim, a aquisição de habilidades sociais. Para isso, precisa de identificar suas potencialidades e desenvolvê-las. Em suas práticas pedagógicas, o professor precisa analisar de forma crítica a capacidade sensorial, espacial, simbolização, subjetividade, cognição, hiperatividade, estereotípias, socialização, psicomotricidade e afeto desse discente, a fim de promover ações que elevem suas funções executivas que foram afetadas pelo espectro (CUNHA, 2009).

As salas de recursos para esse público devem ser simples e sem muitos estímulos visuais.

Neste ambiente, o aluno recebe uma educação individualizada, específica, com ênfase na mudança de alguns comportamentos e aprendizado de outros. Entretanto, em um primeiro momento, o professor deve observar quais objetos ou atividades que o atraem mais, para usá-los nas tarefas (CUNHA, 2009, p. 33).

Para alcançar isto requer uma boa gestão financeira, uma boa alocação de recursos na área da educação especial por parte do diretor em conjunto com o conselho escolar.

Um outro desafio é o currículo escolar, podendo citar que com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2018, ela estabelece habilidades e competências a ser adquiridas pelos estudantes. Todavia, como desenvolver essas habilidades em um aluno dentro do espectro? É necessário a criação de um currículo funcional “para a vida prática compreende tarefas que podem ser executadas em perfeita sintonia entre escola e a família, alcançando etapas previamente estabelecidas” (CUNHA, 2009, p. 59).

Vale ressaltar que há muitos alunos na turma, mas na presença de um aluno autista o professor deve ficar atento aos comandos. Eles são necessários para que uma pessoa desse espectro se organize. Dessa forma, deve-se criar uma rotina, de

preferência visual, e ao perguntar algo, citar o nome do aluno e explicar a atividade de forma clara e objetiva. Além disso, deve-se pensar em materiais didáticos que atendam às necessidades do aluno, valorizando diferentes experiências sensório-motoras. Todas essas atividades requerem o uso de reforço positivo, pois permite aumentar o potencial cognitivo e social da criança (CUNHA, 2009).

Portanto, um currículo que valorize essas experiências sociais faz com que o aluno entenda melhor suas emoções, melhore o processo social, entenda que existem regras e rotinas que devem ser seguidas. Ajudam a desenvolver a sua autonomia, além disso, permitem que as pessoas ao seu redor sistematizem o que é importante, ou seja, aumentar a conexão emocional.

Existem algumas estratégias que o professor pode utilizar em sala para efetivar a inclusão do aluno com TEA, bem como seu desenvolvimento, podendo citar a Análise Aplicada do Comportamento (ABA), em que comportamentos positivos são reforçados. Isso pode favorecer aquisição de questões básicas, como higiene como corpo, interação com os colegas de sala, e aprendizado de conteúdo. No começo é dado maior apoio e aos poucos vai retirando para promoção de autonomia dos alunos frente as situações propostas.

2191

De acordo com Silva; Gaiato; Reveles (2012, p. 104): “Isso envolve criar oportunidades para que a criança possa aprender e praticar habilidades por meio de incentivos ou reforços positivos, ou seja, premiá-la e elogiá-la a cada comportamento realizado de forma adequada”. Dessa maneira, o discente motivado começa a mudar comportamentos, diminuindo a desorganização, ou seja, as crises.

Em adição a isso, o PECS- Sistema de Comunicação por Troca de Figuras, irá estimular o indivíduo com TEA, trazendo mais previsibilidade do que irá ocorrer, ou seja, uma rotina, além de favorecer na comunicação entre aluno, professor, acompanhante e demais envolvidos (SILVA; GAIATO; REVELES; 2012).

O trabalho docente somente surte efeitos se acontecer a participação familiar. Ela é substancial e a escola precisa desse elo para efetivação da inclusão do aluno com TEA, assim:

É muito importante que haja uma parceria entre familiares e escola, pois os pais são portadores de informações preciosas que podem colaborar bastante com o planejamento das intervenções educacionais das crianças portadoras de autismo, especialmente pela peculiaridade da forma de comunicação dos portadores dessa síndrome (SERRA, 2004, p. 25).

É um desafio para o professor se a família não entende esse processo, pois muitas vezes não é possível incluir o aluno autista, pois não possuem informações suficientes para auxiliá-los no trabalho conjunto. Isto é agravado pelo facto de muitas famílias não aceitarem a condição dos seus filhos, o que prejudica a promoção de uma intervenção mais adequada e precoce. Porém, uma vez matriculado, é importante que as práticas utilizadas em casa correspondam às práticas da escola, para que o aluno vivencie situações consistentes e contextuais.

Portanto, a inclusão de estudantes autistas é um desafio, mas não é impossível e por isso deve ser considerada e repensada, pois eles têm todo o potencial para florescer desde que os envolvidos estejam dispostos a realizar um processo inclusivo. Além disso, apoiando a promoção de qualquer objetivo educacional está a conexão emocional dentro da escola, essencial para a existência de um padrão de qualidade que abrace e respeite a diversidade, ou seja, a verdadeira inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no exposto, pode-se concluir que a inclusão de alunos autistas nos anos iniciais do ensino fundamental é a melhor forma de desenvolver plenamente suas capacidades. Vale ressaltar que o processo inclusivo considerado inclui todos os alunos, típicos ou não, em um sistema de ensino interdisciplinar que se afasta da perspectiva tradicional e também da fragmentação do conhecimento. Vale ressaltar que os objetivos deste artigo foram alcançados com sucesso, pois permitiu compreender teoricamente os problemas associados ao TEA, caracterizá-lo e traçar paralelos com suas manifestações no ambiente escolar.

Pode-se ainda mencionar que, apesar de muitas lutas pela sua melhoria pública, algumas vantagens têm sido ocasionalmente criadas para compensar as despesas necessárias. Além disso, sabe-se que a inclusão é um desafio no Brasil, que deve ser alcançado devido a diversos fatores, principalmente pela estrutura organizacional da educação, que muitas vezes não atinge o aluno típico, e muito menos o atípico. Mas aqui não cabe encontrar os “culpados” desta falha, porque é preciso analisá-la de uma certa forma.

É importante que professores e profissionais que lidam com alunos autistas busquem estratégias todos os dias, para que o ensino os alcance de forma igualitária e acompanhe com precisão as demandas crescentes. Vale ressaltar que é um trabalho

árduo e que não dá resultados imediatos, ou seja, é um processo contínuo. A isso se soma a formação básica do professor, que muitas vezes não dá suporte para comunicação com o aluno frequente. Portanto, por se tratar de uma doença complexa, é necessário um esforço individual para buscar informações constantemente e entender que cada pessoa com autismo é única.

Portanto, os métodos utilizados são versáteis para atender às áreas que estão sendo desenvolvidas. É claro que a investigação sobre o autismo ainda está na sua infância, mas este trabalho procurou trazer tanto considerações teóricas sobre o envolvimento dos alunos como atitudes simples dos professores que podem melhorar significativamente os seus papéis de liderança.

Neste sentido, a escola tem um papel dominante, porque do ponto de vista inclusivo, a sua tarefa é trazer para a sociedade aqueles indivíduos com requisitos mínimos para cumprir o seu papel cívico, e também prepará-los para a independência em questões básicas. da vida E, por último, vale a pena sublinhar que a visão da inclusão se desfaz no sentido de que se aplica não só às pessoas com deficiência, mas também aos estudantes.

Para isso, a escola deve repensar o seu papel, ressignificar as relações humanas e, gradativamente, deixar de lado o paradigma tradicional de ensino, pois só assim será possível implementar a educação numa perspectiva inclusiva.

REFERÊNCIAS

CAPELLINI, Vera L. M. F. **A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns: avaliação do rendimento acadêmico.** 2001. 237 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2001.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família.** Rio de Janeiro: Gerente, 2009.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>. Acessado em 12/10/2023.

FRÓES, Maria A. V. **As produções acadêmicas em educação especial: uma análise de discurso.** 2007. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007. Disponível em <http://www.bdtd.ufjf.br>. Acessado em 12/10/2023.

LAGO, Mara. **Autismo na escola: ação e reflexão do professor.** 2007. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br>. Acessado em 12/10/2023.

MANTOAN, Maria T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MOTA, Luciana; BRITES, Clay. **Mentes únicas.** São Paulo: Editora Gente, 2019.

SERRA, Dayse C. G. **A inclusão de uma criança com autismo na escola regular: desafios e processos.** 2004. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em <http://www.proped.pro.br>. Acessado em 12/10/2023.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayra Bonifacio; REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo Singular: entenda o autismo.** Rio de Janeiro: Fontanar, 2012.